

Art. 19º O CBPF tornará público, no seu Boletim Interno e no seu Portal Institucional na Internet, os dados e informações disponibilizados pelas fundações de apoio.

Art. 20º O CBPF fiscalizará se a Fundação de Apoio divulga informações atualizadas sobre os projetos geridos por ela em site próprio, conforme determina art. 4º-A da Lei nº. 8.958/94.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º Os projetos em curso de execução, iniciados anteriormente à data de aprovação desta Portaria, continuarão a ser pautados pelas regras então vigentes.

Art. 22º É vedado ao CBPF o pagamento de débitos contraídos pela Fundação de Apoio, bem como a assunção de responsabilidade, a qualquer título, em relação ao pessoal por ela contratado.

Art. 23º O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aludido pela Lei nº 8.958/1994 equivale ao Plano Diretor da Unidade (PDU) do CBPF.

Art. 24º Para efeitos da presente Portaria, o órgão colegiado superior do CBPF a que se refere o Decreto nº 7.423/2010 é o Conselho Técnico-Científico estabelecido no Regimento Interno do CBPF, ou outro colegiado designado pelo Diretor para as finalidades do decreto supracitado.

Art. 25º Os casos não previstos serão resolvidos pelo Diretor do CBPF.

Art. 26º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e será publicada no Boletim de Serviço do MCTI.

Márcio P. Albuquerque
Diretor do CBPF Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Portes De Albuquerque, Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas substituto**, em 02/12/2022, às 12:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.